

PM-BA

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

Curso de Formação de Sargentos
(Processo Seletivo Interno)

EDITAL N.º IEP-CPCP 052/08/2023

CÓD: SL-090ST-23
7908433241362

Língua Portuguesa

1. Interpretação de texto	9
2. Funções e usos da linguagem	13
3. Figuras de linguagem	14
4. Gramática: Acentuação gráfica	16
5. Ortografia.....	18
6. Verbos (tempos, modos e vozes)	18
7. Concordância nominal Concordância verbal	21
8. Regência verbal Regência nominal	22
9. Pronomes (emprego e classificação)	25
10. Redação.	28

Direito Constitucional

1. Constituição Federal de 1988.Dos Princípios Fundamentais	41
2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais.Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos	42
3. Da Nacionalidade	46
4. Das Instituições Democráticas.Das Forças Armadas; Da Segurança Pública.....	47
5. Constituição do Estado da Bahia: Dos servidores públicos militares	50
6. Da Segurança Pública.....	51

Direito Administrativo

1. Conceitos e princípios básicos da Administração Pública	55
2. Poderes Administrativos: Vinculado. Discricionário. Hierárquico. Disciplinar Regulamentar. De Polícia. De Polícia Sanitária ..	57
3. Atos Administrativos: Conceitos, Elementos, Requisitos. Classificação. Invalidação dos Atos Administrativos: Revogação, Anulação, Efeitos.....	64
4. Agentes Públicos: Espécies	75
5. Lei n.º 7.990, de 27 Dez 01 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia)	86
6. Lei n.º 13.201/14 (Reorganiza a Polícia Militar da Bahia)	117

Direito Penal Militar

1. Decreto-Lei n.º 1.001, de 21 Out 69 – Código Penal Militar – CPM: Da aplicação da Lei Penal Militar (lei penal militar no tempo, lei penal militar no espaço).....	135
2. Do crime: Conceito Analítico de crime militar e crime comum Crime militar x Crime comum Lugar do crime militar	135
3. Exclusão de crime	136
4. Excesso culposo, excesso escusável, excesso doloso	136
5. Dos crimes contra a autoridade ou disciplina militar: motim; revolta; conspiração; violência contra superior; violência contra oficial de serviço; desrespeito a superior; desrespeito a comandante, oficial general, ou oficial de serviço; recusa de obediência; reunião ilícita; publicação ou crítica indevida; violência contra inferior	137

6. Dos crimes contra o serviço militar e o dever militar: deserção e suas espécies; abandono de posto; descumprimento de missão; embriaguez em serviço; dormir em serviço.....	138
7. Dos crimes contra o serviço militar e o dever militar: deserção e suas espécies; abandono de posto; descumprimento de missão; embriaguez em serviço; dormir em serviço.....	139

Direito Penal

1. Conceito de Crime, Teoria Tripartite: Distinção entre Crime e Contravenção Penal; Fato Atípico.....	145
2. Da Aplicação da Lei Penal: Lei Penal no tempo e no espaço.....	152
3. Do Crime: Elementos, Consumação, Tentativa, Desistência voluntária, Arrependimento Eficaz, Arrependimento posterior, Crime impossível Causas de exclusão de ilicitude, Culpabilidade.....	155
4. Imputabilidade Penal.....	155
5. Dos Crimes contra a Pessoa: Homicídio, Lesão Corporal, Rixa, Dos Crimes contra a Liberdade Pessoal: Ameaça, Sequestro; Cárcere Privado; Redução a condição análoga à de escravo.....	157
6. Dos Crimes contra o Patrimônio: Furto, Roubo Extorsão Apropriação Indébita, Estelionato, Outras Fraudes, Receptação.....	162
7. Dos Crimes contra a Paz Pública: Incitação ao crime; Apologia de crime ou criminoso; Associação Criminosa; Constituição de milícia privada.....	166
8. Dos Crimes contra a Administração Pública: Peculato e suas formas; Concussão; Corrupção Passiva; Prevaricação; Condescendência criminosa; Resistência; Desobediência; Desacato; Corrupção ativa.....	167
9. Lei Federal n.º 13.869/19 (Abuso de Autoridade) Bem jurídico tutelado. Sujeito ativo e sujeito passivo. Competência para o processo e julgamento. Ação Penal. Efeitos extrapenais dos crimes de abuso de autoridade.....	170
10. Lei Federal n.º 11.340/06 (Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher - Lei Maria da Penha).....	174
11. Lei n.º 9.455/97 (Define os crimes de tortura).....	180
12. Lei Federal n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	181
13. Lei Federal n.º 1.390/51 (Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor).....	221
14. Lei Federal n.º 7.716/89 (Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor).....	222

Direitos Humanos

1. Teoria geral dos Direitos Humanos: Conceitos, Terminologia. Estrutura Normativa. Fundamentação.....	231
2. Afirmação Histórica dos Direitos Humanos.....	235
3. Direitos Humanos e responsabilidade do Estado.....	238
4. Direitos Humanos na Constituição Federal.....	241
5. Política Nacional de Direitos Humanos.....	247
6. A Constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos.....	248
7. Lei Federal n.º 10.678/03 (Criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República).....	251
8. Lei Estadual n.º 13.182/14 (Estatuto da Igualdade Racial e de Combate a Intolerância Religiosa).....	251

História do Brasil

1. Brasil Colônia: Povos indígenas brasileiros, Período pré-colonial, Período colonial, Consolidação territorial, Rebeliões nativistas, Movimentos pró-independência do Brasil	263
2. Brasil império (Período joanino, Independência do Brasil, Primeiro Reinado, Período Regencial, Segundo Reinado).....	268
3. Brasil República: República Velha	277
4. Era Vargas.....	283
5. República Populista.....	285
6. Nova República	287
7. História da Bahia: Independência da Bahia, Revolta de Canudos).....	291

Geografia do Brasil

1. Localização;.....	305
2. Extensão Territorial do Brasil	307
3. Relevo;	312
4. Clima	317
5. Domínios Morfoclimáticos.....	321
6. População do Brasil;.....	321
7. Aspectos da Urbanização Brasileira	323
8. Industrialização	328
9. Agropecuária;.....	333
10. Regionalização do Brasil.....	337
11. As Fontes de energia.....	344
12. Geografia da Bahia: Aspectos políticos, Físicos, Econômicos, Sociais, Culturais.....	345

Atualidades

1. Conhecimentos marcantes do cenário cultural, político, econômico e social no Brasil e no Mundo Princípios de Organização Social, Cultural, Saúde, Meio Ambiente, Política e Economia Brasileira; Análise dos principais fatos, conflitos nacionais e internacionais, amplamente veiculados nos últimos dois anos pela imprensa falada e escrita nacional ou local (rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet).....	353
---	-----

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoológicos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoológicos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS**Ironia**

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem suces-

Direitos Humanos, que fornece ao indivíduo um rol de direitos internacionalmente consagrados e, ao mesmo tempo acesso a instâncias internacionais para que seja averiguada a lesão a esses direitos.

Foi somente após a segunda guerra mundial, com o nascimento da ONU que a responsabilidade internacional foi discutida. Antes dela, em 1927, foi convocada a Conferência Internacional para codificação do direito internacional. Esta foi realizada em Haia, e o tema da responsabilidade internacional do Estado foi estudado na sua comissão de número 3, sem sucesso.

A Assembleia geral da ONU, assim, adotou em 7 de dezembro de 1953 a Resolução 799, na qual requereu à Comissão de Direito Internacional o início de estudos visando à codificação dos princípios de Direito Internacional que regem a responsabilidade do Estado.

Após várias tentativas de codificar esta responsabilidade internacional foi somente em 2001 que se fez uma Convenção sobre o assunto que possui 58 artigos divididos em quatro partes.

Na primeira parte, com 27 artigos, refere-se aos princípios gerais da responsabilidade internacional, ao fato ilícito de acordo com Direito Internacional, à existência de uma violação de norma ou descumprimento de obrigação internacional, à imputação a um Estado de fato de terceiro e finalmente às circunstâncias de exclusão da ilicitude da conduta estatal.

A segunda parte refere-se às formas e graus de responsabilidade internacional do Estado, determinando as consequências e as espécies de reparação admitidas pelo direito internacional, contendo 14 artigos.

A terceira parte com 13 artigos estabelece um procedimento de implementação da responsabilidade internacional do Estado e a aplicação das sanções além de suas condições de licitude.

Na quarta parte, existem disposições gerais em cinco artigos, estabelecendo o uso subsidiário do Direito Consuetudinário sobre o tema, além da responsabilização individual do agente público paralelamente a responsabilização do Estado.

É difícil conceituar responsabilidade, mas, pode-se afirmar que seu conceito, fundamento e consequências dependem do grau de coesão social e da visão do justo em cada comunidade humana.

André de Carvalho Ramos conceitua responsabilidade jurídica como sendo a imputabilidade a um sujeito de direito de efeito do ordenamento jurídico, quando sucede determinado acontecimento, significando a vulneração da esfera jurídica de outrem, não importando a fonte da imputação de consequências jurídicas e quais as consequências no momento.

Deve ser entendido que o conceito de responsabilidade é justificado pelo fato do ser humano ter o direito de ser respeitado enquanto pessoa e não prejudicado em sua existência.

É por este motivo que quando alguém reconhece ter feito injustiça a terceiro, deve reconhecer também a necessidade de reparar devidamente o dano causado.

Ao mesmo tempo aquele que sofreu o dano exige a reparação como direito seu e faz o outro responsável porque este é pessoa. Os fundamentos da responsabilidade são: *alterum nom laedere, honeste vivere e suum cuique tribuere*, ou seja, não lesar ao próximo, viver honestamente e dar a cada um o que é seu, respectivamente.

Para ocorrer a responsabilidade se torna necessária uma sequência de elementos. Ocorrência de um suporte fático (violação de uma esfera política de uma pessoa), nexos causal entre o fato, ou ato, e o dano, além da culpa na conduta lesiva, eventualmente.

Desta sequência de elementos surge uma consequência, o dever de reparação imputado a alguém, não necessariamente ao causador do dano. Além da pretensão reparatória ou indenizatória, a responsabilidade internacional por violação dos direitos humanos tem ainda a pretensão punitiva para a responsabilidade criminal.

Não é somente o dever jurídico de abstenção da conduta causadora de danos a outrem que consubstancia a responsabilidade, pelo contrário, é a titularidade passiva da pretensão reparatória ou indenizatória que, como conteúdo de uma relação jurídica é diretamente decorrente de uma norma.

A responsabilidade como direito objetivo aparece como a feição essencialmente garantidora da ordem jurídica. A imputação do dever de indenizar, quando houver causado dano a outrem importa atribuir consequências desfavoráveis àquele que desatendeu a um breve dever de não-vulneração da esfera jurídica alheia.

No âmbito internacional, a responsabilidade é essencial ao sistema jurídico, sendo seu fundamento de direito internacional um princípio da igualdade soberana entre os Estados. Isto ocorre porque um Estado não pode reivindicar para si uma condição jurídica que não reconhece para outro Estado. A responsabilidade é de regra apresentada como obrigação internacional de reparação em face da violação prévia de norma internacional.

O artigo número 1 do projeto de Convenção sobre responsabilidade internacional da Comissão de Direito Internacional da ONU afirma que todo fato internacionalmente ilícito do Estado acarreta responsabilidade internacional do mesmo.

A jurisprudência internacional considerou a responsabilidade dos Estados como sendo um princípio geral do Direito Internacional. O princípio pelo qual qualquer conduta do Estado que caracteriza um fato internacionalmente ilícito acarreta a responsabilidade internacional do Estado é um dos princípios enfatizados pelas decisões judiciais.

Para que se possa entender como funciona a responsabilidade internacional deve-se conceituar obrigação primária e secundária. As normas primárias são aquelas que contêm obrigações de Direito Internacional cujo descumprimento enseja a responsabilidade internacional do Estado. As secundárias são regras abstratas que têm o objetivo de determinar se houve violação à norma primária e quais são as consequências resultantes da violação.

As normas primárias são regras de conduta que quando violadas fazem nascer às obrigações secundárias.

A responsabilidade independe do conteúdo da norma violada, assim, os Estados podem chegar a um consenso sobre as regras de responsabilização por fatos ilícitos, sem necessariamente acordarem sobre o conteúdo da norma primária transgredida.

A responsabilização do Estado visa superar o conflito existente entre condutas contraditórias de um Estado (a aceitação de determinada obrigação e depois seu descumprimento), engendrando o nascimento, por seu turno, de novas relações jurídicas. O artigo 1º do projeto de convenção sobre a responsabilidade internacional do Estado é elástico o suficiente para abarcar todas as consequências possíveis advindas da constatação do fato internacionalmente ilícito, tanto as de cunho meramente reparatório, quanto as de cunho sancionatório.

A responsabilidade pode ser dividida em duas grandes espécies, a penal e a civil. Na penal as obrigações secundárias almejam impor sanções punitivas ao indivíduo como retribuição ao mal causado e prevenção à ocorrência de condutas semelhantes no futuro. Na civil, as obrigações secundárias têm conteúdo reparatório de cunho patrimonial em geral.

14.CONSULTEC - Oficial (PM BA)/2014

Com uma história baseada na guerra, a Polícia Militar da Bahia atravessou dois séculos combatendo a revolta dos Malês, reforçando a destruição de Canudos para saudar a república, e se institucionalizando na ditadura militar, que alguns [...] ainda tratam como o período da “Revolução”.

(SANTOS; WALÊ, 2013, p. 29).

A diferença entre se tratar o período do governo militar como um golpe de Estado ou uma revolução ocorre pelo fato de

- (A) não existir uma perspectiva clara sobre o fato histórico, em decorrência da proximidade histórica de sua ocorrência.
- (B) ser necessário e ético poupar de julgamento muitos cidadãos envolvidos diretamente no evento e que permanecem vivos.
- (C) a Lei de Anistia ter obrigado o esquecimento de todos os acontecimentos do referido período.
- (D) o caráter pacífico do brasileiro tê-lo levado a perdoar os excessos cometidos, tanto pelos elementos da esquerda quanto pelos militares.
- (E) a história permitir diversos pontos de vista, a depender da posição ideológica de cada segmento social.

15.CONSULTEC - Oficial (PM BA)/2011

O Brasil resiste a cumprir a lei, segundo Luciano Athayde Chaves, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Atualmente, são cerca de 2 milhões de ações trabalhistas por ano em julgamento, em mais de 1,2 mil varas trabalhistas. De acordo com Athayde, o grande número de ações tem diretamente a ver com o descumprimento sistemático das leis que regem as relações de trabalho entre empregado e empregador. “O Brasil ainda luta pela efetividade dos direitos sociais”, destaca Luciano, que revelou que não são raros casos de trabalhadores que não recebem salários e realizam suas atividades em regime de servidão. [...] Dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (Pnad/2008), do IBGE, mostram que o mercado de trabalho brasileiro trata diferentemente homens e mulheres, brancos e negros. Na época da pesquisa, as mulheres recebiam 70,3% do que os homens ganhavam; e os trabalhadores negros recebiam 55,2% do que os assalariados brancos. Segundo Lopes, a discriminação ocorre no recrutamento de pessoal, no preenchimento de cargos, na promoção e nos critérios de escolha. As informações são da Agência Brasil.

(BRASIL..., 2011).

Em relação aos direitos trabalhistas e as questões sociais, na história do Brasil, é correto afirmar:

- (A) A abolição da escravidão possibilitou o estabelecimento imediato do trabalho assalariado, em todas as regiões do país, a rápida ascensão social dos ex-escravos e a equidade salarial, independente de etnia ou de gênero.
- (B) O governo do presidente Getúlio Vargas criou as leis trabalhistas, possibilitando a autonomia e a independência do movimento operário, e o direito a greve, constituindo-se uma ameaça à propriedade privada.
- (C) O crescimento econômico, durante o governo de Juscelino Kubistchek, estendeu a legislação social ao homem do campo, reduzindo o êxodo rural, com a aplicação de um plano eficaz e sólido de reforma agrária.

(D) O regime militar reprimiu as manifestações operárias e camponesas, contribuindo para a desarticulação dos movimentos reivindicatórios, o arrocho salarial e a perda de determinadas conquistas sociais.

(E) O avanço do processo democrático, nas últimas décadas, contribuiu para a eliminação das diferenças raciais e sexuais no ambiente de trabalho, que exige, cada vez mais, unicamente a qualificação profissional.

16.CONSULTEC - Oficial (PM BA)/2017

Fóje você é quem manda
Falou, ta falado
Não tem discussão
A minha gente hoje anda
Falando de lado
E olhando pro chão, viu

Você que inventou esse estado
E inventou de inventar
Toda a escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
O perdão
Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia

(HOLANDA. 2017).

O fragmento da composição musical de Chico Buarque de Holanda, que se destacou com suas músicas de protesto durante a ditadura militar, tem relação com

- (A) o apoio do meio artístico e intelectual ao Estado de exceção.
- (B) a ausência de liberdade de expressão e a existência de mecanismos de censura e de repressão estabelecidos pelo governo.
- (C) a oposição da elite burguesa em relação ao governo, insatisfeita com a decretação do Ato Institucional N° 5.
- (D) o apoio de setores mais conservadores da sociedade e da Linha Dura à Lei da Anistia, que determinou o fim do governo militar.
- (E) o afastamento dos jovens, principalmente universitários, das questões políticas, dada à eficiência dos aparelhos de repressão.

17.CONSULTEC - Oficial (PM BA)/2010

A partir da análise da charge e dos conhecimentos sobre as condições socioeconômicas brasileiras ao longo da história, pode-se afirmar:

- (A) O acirramento na disputa por um emprego, durante o Período Imperial, foi uma consequência do processo de abolição da escravidão, contribuindo para a redução da oferta de vagas no mundo do trabalho.
- (B) A alteração do modelo agroexportador, na Primeira República, provocou a expulsão do trabalhador rural do campo e o crescimento do desemprego nas grandes cidades.
- (C) A crise do setor industrial, característico do governo Vargas, em função da abertura ao capital estrangeiro, provocou a falência de dezenas de empresas brasileiras e desemprego.

– População absoluta: corresponde ao número total de pessoas de uma área. No Brasil, por exemplo, a população absoluta era de 190.755.799 pessoas, pelo censo de 2010.

– População relativa: é também chamada de densidade demográfica e é dada pelo número de habitantes por quilômetro quadrado de uma determinada região.

O declínio da mortalidade deve-se, em grande parte, à diminuição da mortalidade infantil, isto é, dos óbitos de crianças com menos de um ano de idade. Em 1970, a taxa era de cem mortes em cada mil nascimentos vivos; em 1980, caiu para setenta por mil; em 1991, para 45 por mil; e no ano de 2000, para 35 por mil.

Em relação aos países desenvolvidos, este índice ainda é elevado. Por isso, programas de combate à mortalidade vêm sendo implementados tanto pelo governo quanto por entidades privadas.

A taxa de mortalidade infantil no Brasil está baixando, conforme indicadores. A queda da mortalidade infantil indica aumento no percentual de adultos e melhorias na expectativa de vida, que em 1950 era de mais ou menos 46 anos e, em 2018, chegou a 76 anos (IBGE).

Migrações populacionais

As migrações populacionais remontam aos tempos pré-históricos. O homem parece estar constantemente à procura de novos horizontes. As razões que justificam as migrações são inúmeras (político-ideológicas, étnico-raciais, profissionais, econômicas, catástrofes naturais, entre outras), ainda que as razões econômicas sejam predominantes.

A grande maioria das pessoas migra em busca de melhores condições de vida. Todo ato migratório apresenta causas repulsivas (o indivíduo é forçado a migrar) e/ou atrativas (o indivíduo é atraído por determinado lugar ou país).

Considera-se emigração como a saída de uma área para outra; imigração é a entrada de pessoas em uma área. As migrações podem ser internas, quando ocorrem dentro do país, e externas, quando ocorrem de um país para outro. Ainda podem ser permanentes ou temporárias.

Movimentos migratórios no Brasil

Externos

Até 1934, foi liberada a entrada de estrangeiros no Brasil. A partir dessa data, ficou estabelecido que só poderiam imigrar 2% de cada nacionalidade dos estrangeiros que haviam migrado entre 1884 e 1934.

Os fatores que mais favoreceram a entrada de imigrantes no Brasil foram:

- A dificuldade de encontrar escravos após a extinção do tráfico, depois de 1850;
- O ciclo do café, que exigia mão de obra numerosa;
- Abundância de terras.

Para a maior parte dos imigrantes, a adaptação foi muito difícil, pois além das diferenças climáticas, da língua e dos costumes, não havia no país uma política firme que assegurasse garantias as pessoas que aqui chegavam. As regiões sul e sudeste foram as que receberam maior contingente de imigrantes, principalmente por causa do ciclo do café e povoamento da região sul.

Internos

Em nossa história, os principais movimentos migratórios foram:

– Migração de nordestinos da Zona da Mata para o sertão, séculos XVI e XVII (gado);

– Migração de nordestinos e paulistas para Minas Gerais, século XVII (ouro);

– Migração de mineiros para São Paulo, século XIX (café);

– Migração de nordestinos para a Amazônia, devido ao ciclo da borracha;

– Migração de nordestinos para Goiás, na década de 1950 (construção de Brasília);

– Migrações de paulistas para Rondônia e Mato Grosso, na década de 1970.



Fonte: www.sogeografia.com.br

Os movimentos migratórios mais intensos nas décadas de 1980 e 1990 foram nas regiões:

– Centro-oeste: Brasília e arredores; áreas do interior do MT, MS e GO, onde ocorre a expansão da pecuária e da agricultura comercial.

– Norte: zonas de extrativismo mineral em RO, AP e PA; zonas madeireiras no PA e AM; áreas agrícolas em RO e AC.

– Sudeste: migrações das capitais para o interior dos estados de SP, RJ e MG.

– Sul: até o final da década de 1980, os movimentos emigratórios para o centro-Oeste e norte foram muito significativos. Na década de 1990, houve forte migração intraestadual, principalmente das metrópoles para o interior.

– Nordeste: tradicionalmente, o Nordeste era uma área de evasão populacional, principalmente do sertão para a Zona da Mata ou outras regiões do país, como sudeste e centro-oeste. Atualmente, há uma atração devido os incentivos fiscais dos estados às empresas de fora, mão de obra barata e turismo.

Estrutura etária da população brasileira

Avalia-se a estrutura da população através da sua distribuição etária, condição socioeconômica e sua posição no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Em relação aos critérios de avaliação dos países, desde 1950 até o final da década de 1980, a classificação comum era aquela que enquadrava os países da seguinte forma:

1º mundo: países capitalistas desenvolvidos;

2º mundo: países socialistas de economia planificada;

3º mundo: países subdesenvolvidos.

Acontecimentos na geopolítica internacional, como a queda do Muro de Berlim, fim da Guerra Fria, ressurgimento da Europa como potência econômica e o fim da experiência socialista soviética, marcam uma nova disposição da ordem mundial, em que se menciona o mundo multipolar e a globalização da economia.

A partir daí, tornou-se necessário um novo entendimento para classificar os países. A ONU passou a utilizar o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que tem por objetivo avaliar a qualidade de vida através de alguns critérios:

– Expectativa de vida;

